

FOLHA DE S.PAULO



PF abre inquérito para investigar negócios suspeitos de Guedes com fundos

Polícia vai investigar captação de recursos de sete entidades de previdência complementar

30.nov.2018 às 16h49

Atualizado: 30.nov.2018 às 19h30

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2018/12/01/>)

Fábio Fabrini

BRASÍLIA A Polícia Federal abriu inquérito para investigar o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, por supostas fraudes em negócios com fundos de pensão patrocinados por estatais.

A investigação decorre de pedido feito em outubro pelo Ministério Público Federal em Brasília, que também abriu procedimento preliminar a respeito, com base em irregularidades apontadas pela Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar).

O caso foi antecipado pela **Folha** (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/10/procuradoria-investiga-guru-de-bolsonaro-sob-suspeita-de-fraude.shtml>).

A PF vai apurar se Guedes cometeu os crimes de gestão fraudulenta ou temerária ao captar, por meio de um fundo de investimentos, recursos de sete entidades de previdência complementar de empregados de empresas públicas.

Assinado com Google

Gerenciar



O economista Paulo Guedes será o futuro ministro da Economia no governo Bolsonaro - Pedro Ladeira/Folhapress

Procurada pela **Folha**, a defesa de Guedes disse que "reafirma a lisura de todas as operações do fundo que, diga-se de passagem, deu lucro aos cotistas, incluindo os fundos de pensão".

"Espera também que a investigação —agora corretamente conduzida no âmbito da Polícia Federal - apure as incoerências do relatório irregular produzido na Previc", afirmou nota assinada pelos advogados Ticiano Figueiredo e Pedro Ivo Velloso.

Além do futuro ministro de Jair Bolsonaro, são alvo da apuração os administradores das entidades de previdência complementar.

Em seis anos, Guedes captou R\$ 1 bilhão de fundos de pensão geridos por apadrinhados do PT e do PMDB. Entre eles, estão Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras), Funcef (Caixa) e Postalís (Correios), além do BNDESPar —braço de investimentos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento

A PF já requisitou relatórios da Previc que embasam as suspeitas. O inquérito foi remetido à Justiça Federal em Brasília, com pedido para que tramite em sigilo. Guedes deve ser intimado a depor.

O caso ficará sob responsabilidade da chefe da Delegacia de Repressão à Corrupção e Crimes Financeiros da Superintendência da PF em Brasília, delegada Dominique de Castro Oliveira, tida pelos pares como rigorosa tecnicamente.

No Procuradoria, a investigação é conduzida pelo procurador Alselmo Henrique Cordeiro Lopes, do grupo que dirige inquéritos e já denunciou vários executivos e agentes públicos por desvios em fundos de pensão e na Caixa Econômica Federal.

Está previsto para a próxima quarta (5) depoimento de Guedes à Procuradoria. Será a primeira vez em que ele falará a investigadores sobre as suspeitas.

Conforme os documentos da Previc, a BR Educacional Gestora de Ativos, de Guedes, lançou em 2009 dois fundos de investimento que receberam aportes das entidades de previdência.

O inquérito recém-instaurado mira um deles. Trata-se do Fundo de Investimento em Participações (FIP) BR Educacional, que obteve R\$ 400 milhões entre 2009 e 2013 para projetos educacionais.

A suspeita é de que o negócio tenha sido aprovado sem avaliação técnica adequada e proporcionado ganhos excessivos ao economista.

A PF também analisa possíveis ilicitudes em aportes feitos pelos fundos de pensão no FIP Brasil de Governança Participativa, gerido por Guedes. Com base em relatório da área de auditoria do Funcef, o MPF já abriu investigação sobre esse caso. Por ora, não houve abertura de inquérito sobre o assunto.

No caso do FIP BR Educacional, um dos problemas apontados é que a empresa de Guedes recebeu no início do negócio comissão de 1,75% sobre o valor total subscrito (o compromisso de investimento), e não sobre a cifra

efetivamente aportada. Isso teria gerado, logo na largada, despesas altas, de R\$ 6,6 milhões, em favor do economista.

No primeiro ano após o investimento dos fundos, o dinheiro aplicado (cerca de R\$ 62 milhões) foi injetado em uma única empresa, a HSM Educacional S.A., ligada a Guedes.

Na sequência, a HSM Educacional adquiriu de um grupo argentino outra companhia, a HSM do Brasil.

A Previc sustenta que foram pagos R\$ 16,5 milhões de ágio pelas ações, possivelmente sem motivo razoável. A empresa não estava em operação no país e era somente uma marca.

O objetivo do empreendimento era gerar receita com eventos para estudantes e executivos. As empresas, porém, passaram a registrar perdas após receber a bolada dos fundos.

Um dos motivos, segundo a Previc, foram as altas despesas com palestrantes. Em 2011 e 2012, elas somaram R\$ 11,9 milhões.

Guedes girava o país na época a palestrar em conferências promovidas pela HSM.

O fundo de investimentos manteve participação nas empresas até março de 2013, quando trocou as ações por fatia na Gaec Educação. Nessa operação, segundo a Previc, foi pago ágio de 1.118% pelas ações.

O órgão conclui que "o resultado líquido do investimento do FIP foi negativo em R\$ 16 milhões [no projeto da HSM]".

Em nota divulgada em outubro por seus advogados, o futuro ministro se disse perplexo com a investigação aberta pela Procuradoria da República em Brasília ainda na época da campanha e a acusou de motivação eleitoral.

“Cumpru esclarecer que o FIP BR Educacional não trouxe qualquer prejuízo aos fundos de pensão. Ao contrário. Ele apresentou retorno

entre os cotistas”, sustentou a nota, assinada pelos advogados Ticiano Figueiredo e Pedro Ivo Velloso.

Em nota divulgada nesta sexta, a Previc diz que o relatório alvo da PF "diz respeito a análise preliminar solicitada pelo Ministério Público Federal, ressaltando que os investimentos citados ainda não foram objeto de fiscalização por parte da Autarquia e que portanto carecem de avaliação conclusiva de mérito".

Segundo a Previc, a documentação relacionada a processos de fiscalização segue sob sigilo legal.

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/11/pf-abre-inquerito-para-investigar-negocios-suspeitos-de-guedes-com-fundos.shtml>

